



**MARINHA DO BRASIL**  
**HOSPITAL CENTRAL DA MARINHA**  
**ANEXO A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. Número do processo:

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. O Serviço de Laboratório da Divisão de Laboratório e Farmácia do Hospital Central da Marinha necessita realizar registro de preços para eventual aquisição de materiais consumíveis de diagnóstico laboratorial para o Hospital Central da Marinha (HCM), conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e seus apensos.

2.2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.3. O Hospital Central da Marinha necessita adquirir os materiais relacionados no presente processo, por meio de registro de preços, visando à formação de estoques, por meio de aquisições parceladas mensais, possibilitando a continuidade dos serviços de Análises Clínicas prestados aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha.

2.4. Para a previsão dos quantitativos máximos estabelecidos no presente processo, foram considerados os dados estatísticos, obtidos em 2024, dos quantitativos de exames realizados neste Serviço de Laboratório. Foram atendidos aproximadamente 16.500 pacientes e o histórico de consumo dos materiais pode ser visualizado no Apenso B. A necessidade de implantação de novas metodologias e novos procedimentos, justifica a estimativa de itens sem consumo nos anos anteriores.

2.5. Para a previsão dos quantitativos mínimos a serem fornecidos a cada pedido foram consideradas as apresentações dos fabricantes dos produtos atualmente em uso neste Serviço.

2.6. A adoção do critério de julgamento por **Menor Preço por Grupo/Lote** justifica-se pela necessidade de assegurar a padronização, a perfeita integração e a compatibilidade técnica entre os reagentes, consumíveis e/ou os equipamentos analíticos que serão cedidos em regime de comodato. A contratação segregada de itens de um mesmo sistema de diagnóstico laboratorial comprometeria a precisão analítica e a eficiência operacional do Serviço de Laboratório, gerando incompatibilidade de insumos e riscos à continuidade assistencial. Dessa forma, o agrupamento maximiza a economia de escala nas aquisições e viabiliza a manutenção técnica unificada, atendendo ao disposto no art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

2.7. O julgamento por lote mantém a disputa item a item. Assim as licitantes deverão apresentar tanto suas propostas comerciais, bem como a oferta de lances na respectiva fase, pelo valor de cada item, enquanto o sistema calcula automaticamente o valor do lote. Ao final da sessão serão conhecidos os vencedores dos respectivos lotes. Ou seja, as licitantes não apresentarão preços totais somente para os lotes, eliminando, assim, a possibilidade de, dentro de um mesmo lote, existirem itens com preços exorbitantes e outros com valores irrisórios.

2.8. Apesar de a disputa por lote para os itens agrupados nos lotes, o Pregoeiro analisará todos os itens, observando o valor máximo estimado no Termo de Referência.

2.9. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências.

### 3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
HCM-15 – Divisão de Laboratório e Farmácia	CC (S) Codagnone

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os materiais para realização dos exames deverão preencher os requisitos da resolução RDC nº 978, de 6 de junho de 2025 da ANVISA/MS, que dispõe sobre os requisitos técnico-sanitários para o funcionamento de Laboratórios Clínicos, de Laboratórios de Anatomia Patológica e de outros Serviços que executam as atividades relacionadas aos exames de análises clínicas e dá outras providências. Além disso, deverá observar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança nos termos da Lei nº 4.150-62.

4.2. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.2.1. Qualidade de matéria prima e componentes.

4.2.2. Compatibilidade e desempenho.

4.2.3. Verificação da descrição do material contida no rótulo de acordo com a descrição estabelecida no instrumento convocatório.

4.3. O licitante que deixar de encaminhar a amostra no prazo estabelecido e/ou deixar de atender convocação relativa à apresentação de amostra, terá sua proposta recusada, assim como no caso de reprovação da amostra.

4.4. O Hospital Central da Marinha reserva-se o direito de realizar diligências, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como das demais legislações cominadas ao objeto da licitação, a fim de esclarecer dúvidas, caso surjam.

4.5. Não serão aceitas amostras enviadas em desacordo com o estabelecido no Instrumento convocatório.

4.6. A descrição dos materiais consumíveis de diagnóstico laboratorial devem obedecer rigorosamente as especificações contidas nos apensos A e B para a elaboração da proposta. Em caso de divergência entre as descrições dos itens a serem adquiridos, prevalecerá as descrições contidas nos apensos A e B. A aquisição de materiais consumíveis de diagnóstico laboratorial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e previstas no quadro descritivo do objeto, assim como as especificações técnicas mínimas, o quadro comparativo de preços como estimativa para os itens que se pretendem licitar e os critérios de sustentabilidade estão previstos respectivamente nos Apensos: APENSO A – QUADRO DESCRITIVO DO OBJETO e APENSO B – HISTÓRICO DE CONSUMO.

4.7. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura da Ata, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, tendo em vista o caráter perpétuo da prestação do serviço de saúde à população atendida pelo Sistema de Saúde da Marinha, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando a importância do serviço prestado e a necessidade da não interrupção do processamento dos exames.

- 4.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 4.10. De acordo com a Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 4.11. Os bens objeto da aquisição deverão estar dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais CATMAT do SIASG.
- 4.12. As licitantes melhores classificadas deverão apresentar, junto com sua proposta, a seguinte documentação específica:
- 4.12.1. Registro junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) dos produtos ofertados.
- 4.12.2. Os produtos sem registro definitivo na Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde não serão aceitos, conforme Legislação Sanitária – Lei 6.360 de 23 de setembro de 1976 e Decreto 79.094 de 5 de janeiro de 1977, com as alterações da lei nº. 10.742 de 6 de outubro de 2003.
- 4.12.3. Para os itens dispensados de registro, a licitante deverá apresentar a comprovação da isenção.
- 4.13. Para os materiais consumíveis, o prazo de validade na data da entrega dos materiais não poderá ser inferior a seis (06) meses ou dois terços (2/3) do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 4.13.1. Para a entrega de materiais com validade inferior a seis meses, a empresa deverá entrar em contato com o Serviço de Laboratório do HCM, a quem caberá avaliar e, se for o caso, autorizar o recebimento dos mesmos.
- 4.14. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de quinze (15) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 4.15. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (05) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.16. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de cinco (05) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.16.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.17. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.18. A entrega dos bens deverá ocorrer de acordo com a necessidade da Organização Militar, com prazo de entrega não superior a cinco (05) dias úteis para empresas com sede no Rio de Janeiro e oito (08) dias úteis para empresas com sede fora do Rio de Janeiro, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Compra, ou outro documento hábil, no

seguinte endereço Hospital Central da Marinha (HCM): Ilha das Cobras, s/nº – Parte Alta – Centro – Rio de Janeiro/RJ, horário das 8:00 horas às 12:00 horas dos dias úteis, CEP 20091-000 – Telefone (21) 2126-5374 – Setor de Abastecimento.

4.19. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. A escolha da modalidade da contratação por Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços deve-se:

5.1.1. Pelas características do bem, há necessidade de aquisições frequentes.

5.1.2. For conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.

5.1.3. Pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

5.2. Foi realizada ampla pesquisa de mercado, seguindo todos os incisos do art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021 do Ministério da Economia.

5.3. Para a composição da estimativa do preço para ambos os itens, foram considerados os valores dos itens adquiridos por meio de cotações compatíveis obtidas no site de compras governamentais e orçamentos das empresas do ramo de comércio de insumos laboratoriais.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a aquisição de materiais consumíveis de diagnóstico laboratorial para o HCM e seguirá as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e seus apêndices.

6.2. O objeto será realizado de acordo com a necessidade da Organização Militar, com prazo de entrega não superior a cinco (05) dias úteis para empresas com sede no Rio de Janeiro e oito (08) dias úteis para empresas com sede fora do Rio de Janeiro, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Compra, ou outro documento hábil, no seguinte endereço Hospital Central da Marinha (HCM): Ilha das Cobras, s/nº – Parte Alta – Centro – Rio de Janeiro/RJ, horário das 8:00 horas às 12:00 horas dos dias úteis, CEP 20091-000 – Telefone (21) 2126-5374 – Setor de Abastecimento.

## **6.3. JUSTIFICATIVA PARA FORMAÇÃO DE LOTES**

6.3.1. A formação de lotes visa reduzir o desinteresse geral dos fornecedores em atender às atas de SRP com poucos itens ou itens de pequeno vulto, prejudicando a logística de abastecimento dos licitantes, o que tornaria mais custoso o produto vendido.

6.3.2. A opção de “Julgamento por Preço Global – Lote”, disponível no portal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), possibilita aliar a economia almejada com a realização do pregão eletrônico e a praticidade da aquisição de vários itens num mesmo lote que, no presente caso, torna-se imprescindível para o fornecimento dos aparelhos em regime de comodato.

6.3.3. O julgamento por lote mantém a disputa item a item. Assim as licitantes deverão apresentar tanto suas propostas comerciais, bem como a oferta de lances na respectiva fase, pelo valor de cada item, enquanto o sistema calcula automaticamente o valor do lote. Ao final da sessão serão conhecidos os vencedores dos respectivos lotes. Ou seja, as licitantes não apresentarão preços totais somente para os lotes, eliminando, assim, a possibilidade de, dentro de um mesmo lote, existirem itens com preços exorbitantes e outros com valores irrisórios.

6.3.4. Apesar de a disputa por lote para os itens agrupados nos lotes, o Pregoeiro analisará todos os itens, observando o valor máximo estimado no Termo de Referência.

6.3.5. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências.

## **7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

7.1 A estimativa da quantidade de testes e materiais para a aquisição seguem descritas nos seguintes documentos apensos do Termo de Referência: APENSO A – QUADRO DESCRITIVO DO OBJETO e APENSO B – HISTÓRICO DE CONSUMO.

## **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1 O custo estimado foi apurado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas no fornecimento de materiais de diagnóstico laboratoriais de que se pretende contratar, bem como mediante consulta de contratações efetuadas por outros órgãos da Administração Federal, obtidas através do Painel de Preços, disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal, conforme preceitua a Instrução Normativa (IN) nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Instrução Normativa (IN) nº 73, de 5 de agosto de 2020, da Secretária de Gestão.

8.2 A metodologia para obtenção do preço de referência para aquisição foi a média aritmética dos valores “uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam uma forma mais robusta os preços praticados no mercado” (TCU Acórdão 3068/2010). Assim os valores obtidos na pesquisa de preços, do cálculo incidente sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos dos parâmetros adotados, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

8.3 Valor Total Estimado da Contratação para o período de 12 meses: R\$ 241.939,50 (duzentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

9.1 Com o propósito de evitar um elevado número de equipamentos e reagentes com valores de referência diversos, e ter a capacidade física e operacional instalada insuficientes, os itens estão reunidos em grupo, para garantir a operacionalização segura e a aferição da qualidade dos exames que serão realizados pelo Serviço de Laboratório do HCM. Porventura, considerando as características dos materiais e suas semelhanças, desde que devidamente justificada, a licitação poderá ser realizada em grupos formados por um ou mais itens, sem no entanto restringir a competitividade e a participação de fornecedores.

9.2 A contratação dos objetos reunidos em grupos tem como objetivo evitar que reativos utilizados na realização de exames laboratoriais de um mesmo paciente sejam de metodologia/fabricante diferente, o que inviabilizaria a correlação técnica dos resultados, trazendo, com isso, o consequente prejuízo ao apoio de diagnóstico prestado aos profissionais de saúde solicitantes.

9.3 Outro fator considerado foi o de evitar, sempre que possível, itens com valores unitários baixos que, com a entrega fracionada, tornaria o custo superior ao do objeto licitado, provocando desinteresse de fornecedores licitados, conduzindo-os ao fracassado ou deserto e causando prejuízo ao erário.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1 Este tipo de serviço não requer contratação correlatas e/ou interdependentes.

## **11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1 A presente compra converge com a missão do Hospital Central da Marinha de prover apoio ao subsistema médico pericial da Marinha e às atividades de polícia judiciária militar, bem como prestar pronto atendimento de saúde aos militares da ativa e inativos em atividade no complexo do comando do 1º Distrito Naval, permitindo que o HCM tenha a máxima eficiência e capacidade de produção/atendimento no Serviço de Laboratório gerando assim maior economicidade e melhoria na segurança do paciente. Ressalta-se que os referidos itens fazem parte do planejamento anual de licitações do HCM.

11.2 Conforme Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022, torna dispensável aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o cumprimento da regulamentação do inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/21. A nova regra altera, neste ponto, o Decreto anterior de nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, os materiais no Plano Anual de Contratações do ano.

## **12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

12.1. O resultado pretendido da aquisição de materiais é a garantia da continuidade dos serviços laboratoriais prestados aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha, em condição de excelência, já avaliado pelos ensaios de proficiência de controle de qualidade externo, a qual o Serviço de Laboratório da Divisão de Laboratório e Farmácia do Hospital Central da Marinha é mensalmente avaliado.

## **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1 Não haverá necessidade de adequação da estrutura física da clínica para o início das atividades.

## **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

14.1 Critérios e práticas de sustentabilidade

14.1.1. Em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 20/01/2010, o fornecedor deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, durante a vigência do contrato ou documento equivalente, quando couber.

14.1.2. Todos os documentos que devem ser entregues pelo licitante, deverão ser feitos, preferencialmente, por meio digital ou através de meio físico utilizando papel A4 ou papel ofício oriundos de processo de reciclagem, inclusive, os envelopes que forem entregues ao Pregoeiro(a).

14.1.3. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

14.1.4. Adote medidas para o reúso de águas residuárias descartadas, tratadas ou não, provenientes de processos industriais, para fins não potáveis, conforme instituído no Decreto 47.403/2020.

14.1.5. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

14.1.6. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

## **15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

15.1 Após a análise dos estudos preliminares declaramos a viabilidade na aquisição de materiais consumíveis de diagnóstico laboratorial para atender as necessidades do Serviço de Laboratório da Divisão de Laboratório e Farmácia do Hospital Central da Marinha, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo Referência e seus apensos, com a finalidade de continuidade dos serviços laboratoriais prestados aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha.

### **15.2 JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

15.2.1 Há viabilidade nesta aquisição, tendo em vista que o modo escolhido de contratação trará benefícios no controle de aquisição de materiais.

## **16. APENSOS**

16.1 Apenso A – Quadro Descritivo do Objeto.

16.2 Apenso B – Histórico de Consumo.

16.4 Apenso C – Mapa de Risco da Fase de Planejamento.

16.6 Apenso D – Critérios de Sustentabilidade.

## **17. RESPONSÁVEIS PELA CONTRATAÇÃO**

MARLEDE SOUZA MENEZES  
Capitão-Tenente (S)  
Encarregada do Serviço de Laboratório

## **18. CONCORDÂNCIA DO SETOR REQUISITANTE**

18.1 Concordo com os termos do Estudo Preliminar para a elaboração do Termo de Referência.

FABIO TRIACHINI CODAGNONE  
Capitão de Corveta (S)  
Encarregado da Divisão de Laboratório e Farmácia

## **19. APROVAÇÃO**

19.1 Por entender ser de real interesse a execução do objeto acima, concluo pela aprovação deste Estudo Preliminar.

MARCIA MAGALHÃES WYGODA DE FREITAS  
Capitão de Mar e Guerra (Md)  
Ordenadora de Despesa